

J.G.J. TER REEGEN, L.A. DE BONI, M.R.N. COSTA (org.), *Tempo e eternidade na Idade Média*, EST Edições, Porto Alegre 2007, 151 p.: ISBN: 978-85-7517-025-0

O que é o tempo? O que é a eternidade? Que relação há entre estes conceitos? Que distinções podem e/ou devem ser estabelecidas? Estas foram algumas das questões que mereceram uma especial atenção na Idade Média.

Movidos pela necessidade de esclarecer uma ideia essencial à religião – a ideia de um Deus criador que é causa de toda a existência –, de mostrar a incomensurável diferença entre as naturezas humana e divina, entre o tempo humano e a eternidade do Criador e, simultaneamente, procurando eliminar o abismo entre esta natureza absolutamente simples, incorpórea e imutável e a natureza composta, corpórea e mutável da criação, os autores medievais desenvolveram inúmeras reflexões e discussões nas quais assimilaram e redefiniram os termos, princípios e pensamentos da filosofia grega, num esforço sempre inovador de compreensão e explicitação das doutrinas de fé pela razão.

Se é certo que, no que concerne a esta problemática, este esforço foi, nos primórdios da Idade Média, possibilitado e facilitado pela presença dominante do neoplatonismo, a controvérsia sobre a eternidade do mundo ganha novos contornos com a introdução do novo *corpus* aristotélico no século XII. A afirmação de um mundo eterno, quer nos livros da *Física* quer no *De Caelo*, parecia expressamente contrária ao postulado pela religião. Os pensadores confrontaram-se, assim, com um problema: descobrir se seria possível uma conciliação entre posições tão diferentes, ou seja, saber se seria possível afirmar que o mundo era eterno e simultaneamente criado por Deus ou se, ao asseverar um começo temporal do mundo, se devia negar a sua eternidade.

A obra que aqui se apresenta é composta por 20 estudos propostos por autores das mais diferentes nacionalidades. Abarcam momentos significativos do pensamento medieval e destacam alguns dos autores que mais contribuíram para a reflexão filosófica acerca do tempo e da eternidade.

No texto introdutório, Alessandro Ghisalberti analisa a natureza circular dos conceitos de tempo e eternidade – uma circularidade hermenêutica e fundacional – a partir de Agostinho e Tomás de Aquino. Seguem-se quatro estudos sobre Santo Agostinho. No

primeiro desses estudos, Silvia Magnavacca mostra de que forma a tríade *distentio-intentio-extensio*, pondo o acento na actividade da alma, constitui uma condição indispensável para a compreensão da temporalidade histórica e para a construção de uma concepção metafísica de intrahistória. Marcos R. Nunes Costa analisa a relação entre tempo e eternidade – contrapondo a teoria do tempo do bispo de Hipona com as concepções maniqueístas e gregas –, em três vertentes: o princípio do tempo, do mundo e do homem; a criação no tempo e o instrumento da criação. José Renivaldo Rufino propõe um estudo sobre o tempo da criatura como realidade exterior e anterior à consciência, discute as categorias do tempo exterior e a sua vinculação com a eternidade. Por fim, Maria Teresa Gonçalves dos Santos sugere duas leituras remissivas da relação entre tempo e Pedagogia: a primeira perspectivada a partir do cruzamento do cristianismo e do legado clássico e a segunda a partir dos livros X e XI da obra *Confissões*.

O conceito de eternidade divina no *Proslogion* de Santo Anselmo é apresentado por Paulo R. Martines que, no seu estudo, mostra como esta noção se articula a partir dos termos *ubique et semper* e do reconhecimento da sua indivisível unidade e interminável imensidade e de que forma esta questão é tratada no *Monologion*. O autor revela ainda em que medida a filosofia anselmiana é tributária do pensamento agostiniano e, sobretudo, do pensamento boeciano.

O pensamento árabe é, nesta obra, representado por Averróis e pelo seu *Tratado Decisivo*. Rosalie Helena Pereira examina os argumentos que Averróis apresenta para mostrar que o filosofar não contradiz a Lei Revelada e conclui que, embora se baseie na distinção entre tempo real e eternidade para delimitar o território da filosofia, a perspectiva averroísta não escapa à visão islâmica da História e à concepção do próprio direito islâmico.

Ibn Gabirol, o filósofo e poeta judeu, é-nos apresentado por Cecília Macedo que analisa os conceitos de tempo e eternidade no modelo hilemórfico desenvolvido na obra *Fons vitae*, mostrando que Ibn Gabirol utiliza o tempo como um indicador de distanciamento entre a Essência Primeira e a substância que sustenta as categorias e surge como um ponto central na sua argumentação em defesa da existência das substâncias intermédias.

Jan ter Reegen dedica a sua investigação à noção de tempo no Livro das Causas, designadamente nas Proposições II, VI, X da primeira parte e das Proposições XV-XXXI da segunda parte. O conceito é estudado à luz dos pensamentos de Plotino e de Proclo e dos comentários de Siger de Brabante, Pseudo-Henrique de Gand e Alberto Magno ao *Livro*.

O tratado *De Tempore*, estudado por José Filipe Silva, permite-nos conhecer a definição Kilwardbiana de tempo e a distinção que este autor estabelece entre um tempo ilimitado e independente da mente e um tempo com número e dependente da mente. O artigo apresenta a obra de Kilwardby como uma síntese de algumas das questões da sua época e destaca o uso particular e conciliador das autoridades tradicionais gregas, latinas e árabes no que respeita ao conceito tempo.

Sobre São Boaventura, Manuel Pulido propõe uma leitura integradora do tempo como *speculum historiale* que afecta a própria definição de tempo, enquanto referido ao mundo, ao homem e a Deus e que se integra na metafísica bonaventuriana e A. Martins estuda o modo como S. Boaventura faz cruzar a linguagem e o tempo no acto de pensar Deus, mostrando que é no conceito de *manuductio*, usado quer no contexto da nomeação metafórica divina, quer no contexto do processo temporal do conhecimento, que se dá o encontro entre a linguagem e o tempo.

A posição moderada em relação à questão da eternidade do mundo de Tomás de Aquino é defendida por Julio Castello Dubra que mostra que o Aquinate procurou compatibilizar o novo repertório filosófico (o *corpus* aristotélico) com as bases da cosmovisão cristã, realizando uma complexa síntese filosófica (na qual usa fontes aristotélicas, neoplatónicas ou mesmo fontes árabes). Castello Dubra debruça-se sobre um dos aspectos desta síntese: o tratamento que Tomás faz do conceito de criação e da consequente questão acerca da eternidade ou começo do mundo.

Ezequiel Ludueña estuda a relação entre o tempo e a eternidade postulada por Mestre Eckhart, tomando como ponto nuclear a ideia eckhardiana da acção divina e da acção humana, para concluir que o tempo e a eternidade se unem na acção criadora, «Deus cria o tempo em forma eterna como acção perpétua» e que a alma (imagem que copia a estrutura do seu modelo) participa nesta criação, superando o tempo numa acção constante que lhe devolve o seu ser originário, o de ser imagem divina, o de ser acção eterna.

Raimundo Lúlio é estudado a partir da obra *Art Abreujada de predicació*, onde eternidade surge como um conceito oposto ao temporal, ao mutável, ao móvel, ao plural e como elemento imprescindível para predicar sobre os princípios de fé.

Carolina Fernández dedica o seu estudo a Guilherme de Ockham. Esta autora questiona a interpretação de alguns estudiosos que, segundo afirma, reduziram os alcances do poder divino *ad mentem* de Ockham, ao asserverarem que, para o franciscano, Deus não podia produzir *de facto* uma só mudança em qualquer propriedade essencial de um indivíduo deste mundo, sem, com isso, produzir um mundo distinto em espécie, possível mas logicamente incompatível com o actual.

Nicolau de Cusa é o último autor estudado nesta obra. Em quatro artigos são analisados: 1. a oposição entre eternidade e tempo no pensamento cusano, entendida a partir do binómio *complicatio-explicatio* que, na obra *De docta ignorantia*, surge relacionada com Deus (*complicatio absoluta*) e o universo (*explicatio dei*). Esta relação entre o eterno e o temporal é, segundo Cláudia D'Amico., entendida à luz da noção de participação porque a participação alude a uma dependência ontológica do tempo em relação à eternidade e a própria eternidade comunica o seu próprio ser ao tempo, mostrando-se na alteridade; 2. a “profunda reelaboração” da tradição, levada à cabo pelo Cusano, a partir do estudo do *De possesset*, no qual, de acordo com Jorge Machetta, Nicolau supera

as aporias que imobilizam os conceitos de tempo e eternidade, propondo a *concordantia philosophorum* como método mais coerente para caminhar no sentido de uma verdade inesgotável; 3. a posição da *Coniectura de ultimis diebus* no conjunto da obra cusana, a sua estrutura, conteúdo e significado. Klaus Reinhardt mostra que Nicolau de Cusa interpreta as afirmações apocalípticas como explicações da vida de Cristo, constituindo uma original aportação à hermenêutica e que na obra se defende o fim último e o juízo final como imprescindível para que o homem possa assumir as suas responsabilidades no seu tempo; 4. o estudo da finitude e temporalidade das palavras que tendem, nas suas representações humanas e parciais, para uma compreensão da incompreensível Palavra eterna e infinita. José González Rios, tomando como centro da sua reflexão os primeiros sermões cusanos, conclui que, apesar de afirmar a necessidade de silêncio dada a desproporção entre o finito e o infinito, Nicolau de Cusa afirma também a necessidade que o homem sente em pronunciar-se sobre o infinito e o eterno, pois é um intelecto imagem do intelecto divino.

Conteúdo: A. Ghisalberti, *Introdução. L'eternità salvezza del tempo*, pp. 7-13; S. Magnavacca, *El tiempo histórico como ámbito de construcción metafísica en Agustín*, pp. 15-20; M.R.N. Costa, *Tempo e eternidade em Agostinho de Hipona*, pp. 21-9; J.R. Rufino, *Santo Agostinho e o tempo exterior à consciência*, pp. 30-6; M.T.B.C.S.G. Santos, *Tempo e pedagogia em Santo Agostinho: um cruzamento em perspectiva*, pp. 37-45; P.R. Martines, *A eternidade divina no Proslogion de S. Anselmo*, pp. 46-51; R.H.S. Pereira, *Eternidade e tempo em Averróis: da Palavra eterna de Deus ao discurso racional dos filósofos*, pp. 52-60; J.G.J. ter Reegen, *O tempo no Livro das Causas*, pp. 61-74; C.C.C. Macedo, *Tempo e eternidade no modelo hilemórfico de S. Ibn Gabirol (Avicébron)*, p. 75-81; J.F. Silva, *O conceito de tempo em Roberto Kilwardby*, pp. 82-8; M. Lázaro Pulido, *Speculum historiale: Tiempo de Dios, del hombre y del mndo en san Buenaventura*, pp. 89-97; A.R. Martins, *Linguagem e tempo em São Boaventura*, pp. 98-101; J.A. Castello Dubra, *Creación, cambio y eternidad del mundo en Tomás de Aquino*, pp. 102-8; E. Ludueña, *Tiempo y eternidad en Meister Eckhart*, pp. 109-12; A. Grau i Grau, *La eternidad en l'Art abreujada de predicació de Ramon Lull*, pp. 113-7; C.J. Fernández, *Eternidad, omnipotência y estabilidad de las leyes naturales según Guillermo de Ockham*, pp. 118-24; C. D'Amico, *Nicolás de Cusa: tiempo, participación y alteridad*, pp. 125-30; J.M. Machetta, *Nicolás de Cusa: El juego del trompo y las aporías de tiempo-eternidad en el Trialogus De Possesit/ 1460*, pp. 131-6; K. Reinhardt, *Nicolás de Cusa sobre el fin del tiempo*, pp. 137-43; J. González Rios, *Los nombres como determinaciones temporales del eterno concepto absoluto en el pensamiento de Nicolás de Cusa*, pp. 144-51.

Daniela Silveira

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia)